



Da participação à ocupação: resíduos urbanos e a busca do direito à cidade no Brasil

De la participación a la ocupación: residuos urbanos y la búsqueda del derecho a la ciudad en Brasil

**SIMPÓSIO E1_02 - Urbanização Planetária e Planetarização do Urbano:
Reflexões a Partir da Realidade Urbana Latino-americana**

Carolina Akemi Morita Nakahara

Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, Brasil
cake.nakahara@usp.br

Resumo: Para Henri Lefebvre, a participação dissociada da autogestão carece de sentido, pois se torna passível de manipulação e tende a operar como ideologia; apenas a autogestão tornaria a participação efetiva ao inseri-la em um processo orientado à totalidade social. Do mesmo modo, a autogestão também se esvazia quando apartada da luta de classes e de uma estratégia política capaz de enfrentar os vazios produzidos pelo Estado. Partindo dessas formulações, este artigo problematiza formas recentes de acesso à moradia no Brasil mediadas pela participação e pela autogestão, interrogando seus limites e potencialidades à luz do direito à cidade. De um lado, analisam-se conjuntos habitacionais produzidos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E), assessorados por equipes técnicas diversas, nos quais persiste a cisão entre *habitat* e *habitar*. Tanto no desenho quanto na inserção urbana, o direito à cidade tende a ser reduzido à unidade habitacional e ao acesso a serviços mínimos, como saneamento e infraestrutura básica, em detrimento do direito à urbanidade, à cidade enquanto obra (*œuvre*) e excesso. Nesse contexto, a participação tende a se burocratizar, operando sobretudo como instrumento de consolidação do *habitat* e da propriedade privada. De outro lado, experiências recentes de ocupação de edifícios ociosos — como a Ocupação 9 de Julho e o edifício Prestes Maia, em São Paulo — e de áreas urbanas, a exemplo do Ocupe Estelita, em Recife, aproximam-se do direito ao urbano por meio da apropriação e do *habitar*, em detrimento da lógica proprietária. Articuladas a movimentos sociais, tais práticas evidenciam formas insurgentes de produção do espaço, baseadas no empoderamento, na autonomia e no pertencimento dos moradores, além de tensionarem a segregação socioespacial ao inverterem relações consolidadas entre centro e periferia. Assim, o artigo propõe compreender

essas experiências como resíduos urbanos portadores de *poiesis* e como indícios da atualidade do debate sobre autogestão e democracia.

Palavras-chave: Henri Lefebvre; autogestão; participação; ocupação; direito à cidade.

Resumen: *Para Henri Lefebvre, la participación disociada de la autogestión carece de sentido, ya que se vuelve susceptible de manipulación y tiende a operar como ideología; solo la autogestión haría efectiva la participación al insertarla en un proceso orientado hacia la totalidad social. Del mismo modo, la autogestión también se vacía cuando se separa de la lucha de clases y de una estrategia política capaz de enfrentar los vacíos producidos por el Estado. A partir de estas formulaciones, este artículo problematiza formas recientes de acceso a la vivienda en Brasil mediadas por la participación y la autogestión, interrogando sus límites y potencialidades a la luz del derecho a la ciudad. Por un lado, se analizan conjuntos habitacionales producidos en el marco del Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E), frecuentemente acompañados por equipos técnicos diversos, en los cuales persiste la escisión entre hábitat y habitar. Tanto en el diseño como en la inserción urbana, el derecho a la ciudad tiende a reducirse a la unidad habitacional y al acceso a servicios mínimos —como saneamiento e infraestructura básica—, en detrimento del derecho a la urbanidad, a la ciudad como obra (œuvre) y exceso. En este contexto, la participación tiende a burocratizarse, operando principalmente como instrumento de consolidación del hábitat y de la propiedad privada. Por otro lado, experiencias recientes de ocupación de edificios ociosos —como la Ocupación 9 de Julho y el edificio Prestes Maia en São Paulo— y de áreas urbanas, como el Ocupe Estelita en Recife, se aproximan al derecho a lo urbano a través de la apropiación y del habitar, en detrimento de la lógica propietaria. Articuladas a movimientos sociales, estas prácticas evidencian formas insurgentes de producción del espacio, basadas en el empoderamiento, la autonomía y el sentido de pertenencia de los habitantes, además de tensionar la segregación socioespacial al invertir relaciones consolidadas entre centro y periferia. Así, el artículo propone comprender estas experiencias como residuos urbanos portadores de poiesis y como indicios de la actualidad del debate sobre autogestión y democracia.*

Palabras-clave: Henri Lefebvre; autogestión; participación; ocupación; derecho a la ciudad.

Introdução: participação, autogestão e lutas sociais

A autogestão pode ser uma *utopia*? Não, desde que essa ideia não evoque a imagem de uma explosão espontânea, uma efervescência que inflama toda a sociedade, mas sim de uma longa sequência, um longo processo. A *autogestão* pode ser apenas um elemento de uma estratégia política, mas será o elemento essencial que valorize o resto e sem o qual o resto não valeria nada. O conceito de *autogestão*, hoje, é a *abertura* para o *possível*. É o caminho a seguir e o ponto final, a força que pode suportar a carga colossal que pesa sobre a sociedade e que pode superá-la. Mostra a maneira prática *de mudar a vida*, que continua sendo a palavra de ordem, o objetivo e o significado de uma revolução. Somente por meio da autogestão os membros de uma associação livre podem assumir o controle de sua própria vida, de modo que ela se torne sua obra [*œuvre*]. Isso também é chamado de apropriação, des-alienação. (Lefebvre, 2009, p. 150, tradução nossa, grifos do autor)

Para Henri Lefebvre, a participação só adquire sentido quando articulada à autogestão, pois, dissociada dela, “permite manipulações” e se converte em ideologia; apenas a autogestão torna a participação efetiva ao inseri-la em um processo que tende ao global (Lefebvre, 1968). O autor adverte, contudo, que a autogestão também se esvazia quando apartada da luta de classes e de uma estratégia capaz de enfrentar os vazios deixados pelo Estado, degenerando em **cogestão**, isto é, em instrumento técnico, econômico e burocrático. Assim, a autogestão só se sustenta como prática política quando vinculada a um **projeto global**, que ultrapasse soluções pontuais e isoladas.

O conceito lefebvriano de autogestão, em diálogo com Proudhon e Marx, implica uma ruptura com formas centralizadas e representativas de poder e pressupõe uma **pedagogia social** fundada na participação direta. Como observa Elden (2004), trata-se de uma negação ampla das formas institucionais de controle — não apenas na produção, mas também no território e na vida urbana. Essa utopia não se projeta como etapa posterior e acabada da revolução, tampouco pode ser aplicada aos “pontos fortes” da sociedade capitalista, sob pena de ser absorvida pelo mercado e funcionar como empresa capitalista sob o rótulo do “comunitário” ou do “cooperativo” (Lefebvre, 2009, p. 143).

Em oposição a leituras estruturalistas mais rígidas, Lefebvre propõe que a autogestão emergja justamente a partir dos **pontos fracos da sociedade**, das fissuras e lacunas deixadas pelo Estado e pelas estruturas dominantes. É nesses espaços que práticas autogestionárias podem colocar em questão a totalidade social, como exemplificado pelo autor no contexto argelino pós-colonial: “onde emerge a autogestão? Nos domínios abandonados pelos colonizadores. A autogestão coloca em questão a sociedade como um todo e os aparatos que foram herdados da época colonial, ou que se estabeleceram na época da independência” (Lefebvre, 2009, p. 145, tradução nossa). Essa posição o distingue de autores como Manfredo Tafuri, cuja análise tende a privilegiar a coerência estrutural do sistema capitalista, em detrimento das contradições e da experiência vivida. Como aponta Stanek (2014), enquanto Tafuri enfatiza a lógica do sistema, Lefebvre insiste nas brechas capazes de dialetizar a totalidade, dimensão que Jameson (2008) associa aos marxismos humanistas e à centralidade da prática social.

É a partir desse quadro teórico que este trabalho se propõe a refletir sobre processos habitacionais realizados por meio da participação e da autogestão no Brasil. Analisam-se experiências vinculadas ao **PMCMV-Entidades**, amplamente discutidas por D’Ottaviano (2021a), nas quais,

apesar do discurso participativo e da atuação de assessorias técnicas, persiste a dicotomia entre **habitat e habitar**, bem como uma concepção restrita de direito à cidade, limitada ao acesso à moradia e à infraestrutura básica — mais próxima do léxico de Castells do que da noção lefebvriana de urbano e cidade-obra. Como contraponto, o artigo aponta para experiências de **ocupação de edifícios ociosos em áreas centrais**, que recolocam a apropriação, o habitar e o urbano no centro da luta pelo direito à cidade.

Autogestão e utopia no Brasil: antecedentes e disputas conceituais

Adrián Gorelik identifica, a partir dos anos 1950, a disputa entre dois modelos habitacionais na América Latina: o modelo latino-americano, centrado na produção estatal de grandes conjuntos modernistas, e o modelo pan-americano, baseado na ajuda mútua e na autoconstrução, inicialmente associado à ideologia técnica norte-americana e posteriormente apropriado por militâncias de esquerda (Gorelik, 2009 apud Castro & Mello, 2009). No Brasil, o predomínio do modelo estatal nas décadas de 1950 e 1960 seria gradualmente tensionado, a partir dos anos 1980, por abordagens participativas e autogestionárias, fortemente influenciadas pelas cooperativas uruguaias difundidas desde os anos 1960. Essas experiências articulavam a crítica ao funcionalismo moderno às influências do Novo Empirismo sueco e do Novo Humanismo inglês, buscando uma humanização da arquitetura e maior centralidade da vida cotidiana (Bonduki, 1992; Silva, 1994).¹

A aproximação entre Brasil e Uruguai deu-se por meio do intercâmbio entre lideranças e profissionais vinculados aos movimentos de moradia, culminando, a partir de 1984, nos Encontros de Movimentos de Moradia por Cooperativismo e Ajuda Mútua. Buscava-se substituir o formalismo pelo humanismo por meio de estruturas abertas, adaptáveis e flexíveis, capazes de favorecer a apropriação e o diálogo com o usuário (Arcos, 2004). Referências como o Archigram e as teorias de Johan Huizinga sustentavam a ideia da arquitetura como jogo, entendendo a participação como condição de liberdade e apropriação. Nesse contexto, o cooperativismo articulava projeto, participação e racionalização construtiva, reduzindo custos e ampliando o envolvimento dos usuários tanto na gestão quanto na execução das obras (Ronconi, 1995).

Projetos emblemáticos, como o *Complexo Bulevar Artigas*, no Uruguai, exploraram gradações entre público e privado, espaços coletivos e elevada flexibilidade projetual, frequentemente associadas à industrialização leve e à pré-fabricação, ampliando a participação dos moradores (Arcos, 2004). De modo geral, as cooperativas habitacionais caracterizam-se pela propriedade comum, autogestão e aspirações coletivas (Bossuyt, 2021), operando com o apoio de assessorias técnicas. A circulação dessas experiências no Brasil contribuiu para a consolidação de um horizonte da autogestão habitacional, especialmente a partir dos anos 1980 (Bonduki, 1992; Baravelli, 2006).

Os primeiros mutirões autogestionários brasileiros, embora ancorados nos princípios da ajuda mútua e do cooperativismo, adquiriram especificidades próprias, sobretudo pela articulação com os movimentos populares. Representavam um horizonte de autonomia relativa em relação ao Estado e a promessa de acesso à habitação de melhor qualidade, a baixos custos e em prazos reduzidos (Bonduki, 1992). Contudo, o contexto de forte pressão social por moradia, aliado à

¹ Em entrevista concedida a Ana Amélia dos Santos em 1994, disponível na compilação presente em Silva (org.) – “Moradia e cidadania”.

ausência de experiências prévias em larga escala, levou à rápida institucionalização dessas iniciativas, com a criação de normas, protocolos e arranjos administrativos. Paradoxalmente, o esforço de institucionalização refletia também o sentimento de que uma ideia antes tomada como utópica poderia, enfim, materializar-se.

Não por acaso, o termo **utopia** aparece de forma recorrente na produção intelectual do período. Desde a dissertação de Rodrigo Lefèvre, *Projeto de um acampamento de obras: uma utopia* (1981), passando por *Construindo territórios de utopia* de Nabil Bonduki (1992), até *Resíduo de utopia* de Hugo Segawa (1993) e *Uma utopia militante* de Paul Singer (1998), a autogestão e a autoconstrução figuram como alternativas à produção capitalista da moradia. Em todos os casos, a utopia não se refere a um ideal abstrato, mas a um **campo de experimentação**, marcado por processos participativos, por soluções técnicas simplificadas e pela busca de viabilidade econômica em um país historicamente marcado por desigualdades e pela recente experiência autoritária da ditadura militar.

Nesse contexto, a autogestão passou a ser frequentemente compreendida como uma forma ampliada de autoconstrução. Para Bonduki, a distinção residia sobretudo na escala e no caráter coletivo do processo: enquanto a autoconstrução individual mobiliza uma única família, a autogestão envolve a divisão de tarefas entre várias famílias, produzindo ganhos de produtividade, de consciência política e de construção comunitária (Bonduki, Cf. Silva, 1994). Ao mesmo tempo, o autor enfatiza o caráter pragmático da autogestão, entendida como uma verdadeira escola de administração, que envolve planejamento, gestão financeira, cronogramas, fiscalização e tomada coletiva de decisões, geralmente com o apoio de assessorias técnicas autônomas. Trata-se, assim, de um processo de descentralização do poder e de refutação de formas de governo autoritárias:

Então, essa é a ideia da autogestão, eliminar a alienação de todos os tipos, a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, do trabalhador em relação à forma como o seu trabalho é produzido. Ou seja, que o trabalhador possa discutir o projeto, discutir o desenvolvimento da obra, questionar determinados processos de trabalho e discutir onde serão feitos os investimentos. No fundo, ele vai ter a decisão e se desalienar do processo de produção. Essa questão, que é a questão central da crítica marxista ao capitalismo, essa proposta resolve, talvez, muito melhor do que a ideia do Estado todo-poderoso. É através da intermediação do Estado que a sociedade trabalhadora vai receber os frutos do seu trabalho. (Bonduki, Cf. Silva, 1994, p. 24)

Essa passagem é fundamental, pois permite apreender o perfil participativo esperado dos processos realizados via autogestão: uma feição essencialmente econômica e política, em sentido marxista — ainda que não necessariamente marxiano —, na qual o usuário é compreendido sobretudo como trabalhador a se desalienar do processo produtivo. Trata-se, portanto, de uma participação centrada nas relações de produção, menos atenta às dimensões do corpo, da experiência sensível ou das práticas espaciais e urbanas, seja sob uma perspectiva estética, poética ou fenomenológica.

Entretanto, como revelam os debates dos anos 1990, persistiam interpretações divergentes do termo. Para alguns autores e agentes, a autogestão aproximava-se de uma forma de cogestão entre sociedade civil e Estado, centrada na participação administrativa dos usuários: “O que quer dizer autogestão? É a gestão de uma empresa, pelos trabalhadores” (Ronconi, Cf. Silva, 1994, p. 31). Para outros, como João Marcos Lopes — presente no mesmo debate —, tratava-se de um processo

educativo e político em construção, voltado à formação da autonomia dos participantes e inspirado nas pedagogias críticas de Paulo Freire. Ainda assim, mesmo diante dessas diferenças, prevalecia uma concepção de participação fortemente ancorada na dimensão econômica e produtiva, em chave marxista, na qual o usuário aparecia prioritariamente como trabalhador a se desalienar do processo de produção, e menos como corpo, experiência prático-sensível e urbana no sentido lefebvriano.

A utopia administrada: o PMCMV-Entidades

A partir dos anos 2000, a autogestão habitacional passou a ser incorporada ao Programa Minha Casa Minha Vida em sua modalidade Entidades (PMCMV-E), ainda que representando uma parcela residual da produção total do MCMV (Rolnik, 2017; Cardoso, 2021). Diferentemente do programa convencional, o PMCMV-E destinava-se a famílias de baixa renda organizadas em associações e cooperativas, que assumiam a gestão integral do processo — do projeto à execução da obra — com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social (Rodrigues et al., 2019). Nesse escopo, a autogestão é definida como uma forma de controle coletivo da produção da moradia, entendida como direito e não como mercadoria, associada à construção da vida comunitária e à produção não mercantil do espaço (ibid.). Tal concepção articula-se diretamente ao mutirão, compreendido como trabalho coletivo em ajuda mútua, sem remuneração financeira, historicamente constitutivo dos processos autogestionários dos movimentos sociais (ibid.).

A produção recente do PMCMV-E foi sistematizada pela *Revista da produção de habitação em autogestão* (Rodrigues et al., 2019), organizada pelo Movimento Nacional por Moradia Popular (UNMP), em parceria com assessorias técnicas como Usina CTAH, Peabiru e Ambiente Arquitetura. Os casos apresentados — majoritariamente realizados entre os anos 1990 e 2019 — envolvem, em sua maioria, a aquisição de terrenos e a construção integral dos conjuntos, sendo ainda pontuais as experiências de requalificação de edifícios ociosos. Observa-se, em geral, a manutenção da lógica vigente de parcelamento do solo e do desenho de quadras, com soluções habitacionais verticalizadas em blocos ou lâminas, baixa variação tipológica e tratamento secundário das áreas livres e coletivas, testificando a persistência da relação figura vs fundo, em que o objeto edificado é privilegiado em detrimento de suas relações espaciais (Figuras 01 a 05).



Figura 01: Alexios Jafet (PMCMV-E, São Paulo- SP) – Ambiente Arquitetura. Fonte: Rodrigues et al., 2019.



Figuras 02 e 03: Da esquerda para a direita: Bom Jardim III (PMCMV-E, Ipatinga- MG) – Platto Consultoria e Projetos Ltda – e Mutirão Condomínio das Mangueiras (PMCMV-E, Salvador- BA) – Assessoria técnica: Marli Carrara; Candida Sampaio (PTS); Francisco Cordeiro; Juraci Cordeiro Junior (eng.). Fonte: Rodrigues et al., 2019.



Figuras 04 e 05: Da esquerda para a direita: Mutirão Alto do Moura I e II (PMCMV-E, Caruaru- PE) – Habitat para a Humanidade – e Júlia Beatriz (PMCMV-E, Olinda- PE) – Brasfort Engenharia. Fonte: Rodrigues et al., 2019.

Apesar da reconhecida riqueza dos processos participativos e dialógicos — aspecto que não deve ser minimizado —, verifica-se a recorrência de padrões consolidados de desenho urbano, tipologia e escolha de materiais. Em grande medida, isso decorre do protagonismo assumido por exigências técnicas, normativas e burocráticas ao longo da gestão, que tendem a subordinar a participação a parâmetros orçamentários e legais semelhantes aos do mercado imobiliário convencional (D'Ottaviano, 2021b). No léxico lefebvriano, trata-se, ainda, da prevalência do *habitat* sobre o *habitar*. Assim, ainda que haja mudanças relevantes no processo de concepção e construção, os resultados arquitetônicos e urbanísticos frequentemente reiteram soluções hegemônicas, limitando o potencial transformador da autogestão no plano sensível e espacial.

É também notório que estas propostas assumam um aspecto controverso e até mesmo polêmico, quando confrontadas com o contexto específico brasileiro. Autores como Bolaffi (1986) e Oliveira (2006) apontam o risco de uma participação mistificada, baseada no trabalho não remunerado e no sobretrabalho, funcional à acumulação capitalista: um sucedâneo de democracia, mais aparente do que efetivo. Lopes e Rizek (2006) reforçam essa crítica ao indicar que a potencialidade emancipatória do processo produtivo é frequentemente neutralizada por mecanismos de rebaixamento das condições de reprodução social dos sujeitos envolvidos. Outras leituras colocam em xeque a qualidade urbanística e projetual dessas experiências, como na crítica de Fernando de Mello Franco, ao afirmar que, em determinados contextos, o engajamento político teria se sobreposto ao cuidado com o projeto e suas relações urbanas (Lopes, 2011).

Essas avaliações, contudo, exigem uma leitura comparativa, como enfatiza D'Ottaviano (2021b): tanto em relação aos ganhos efetivamente alcançados pelos processos participativos autogestionários quanto em contraste com os modelos hegemônicos de provisão habitacional do mesmo período — como CDHU ou Cingapura. Ainda assim, permanece incontornável a confrontação com aquilo que não se realizou, mas que talvez ainda permaneça como possibilidade. A utopia, afinal, não é fixa, mas móvel, relacional e, até mesmo, fugidia; se foi

reconfigurada após as frustrações do movimento moderno, talvez seja novamente o momento de reinscrevê-la no horizonte — tarefa que só pode se dar por meio da crítica.

É nesse registro que Nabil Bonduki encerra a *Revista da produção de habitação em autogestão* (2019), apontando um sentimento de frustração diante do esvaziamento progressivo da autogestão nas políticas habitacionais. Para o autor, perdeu-se uma oportunidade histórica de consolidar um modelo baseado na participação popular, na autonomia e na economia solidária, uma política pública construída de baixo para cima (Bonduki, 2019). Ademais, alerta para o caráter apenas superficialmente autogestionário de parte dos empreendimentos, que teriam servido como subterfúgio para a produção habitacional convencional por construtoras. Suas diretrizes finais — institucionalização por meio de lei federal, novas formas de acesso à terra e desenvolvimento de soluções inovadoras de projeto — recolocam, contudo, uma questão central: até que ponto a institucionalização de um programa não neutraliza aquilo que, em essência, deveria permanecer como luta, conflito e processo em aberto?

Ocupações urbanas e assessorias técnicas: práticas autogestionárias emergentes

Em qualquer lugar e momento em que a *autogestão* se manifeste espontaneamente, ela carrega em si a *possibilidade* de sua generalização e radicalização; mas, ao mesmo tempo, revela e cristaliza as contradições da sociedade que a precede. Uma vez aberta, essa perspectiva ótima e máxima implica a ruptura da sociedade como um todo, a metamorfose da vida.

O princípio da *autogestão* reaviva a contradição entre valor de uso e valor de troca. Ele tende a restaurar a primazia do valor de uso. Este “é” o valor de uso dos seres humanos em suas relações práticas. (Lefebvre, 2009), p. 146-148, grifos do autor)

À luz do que foi discutido até aqui, propõe-se refletir sobre os processos recentes de ocupação de edifícios ociosos — verificados sobretudo em grandes centros urbanos — como práticas que se aproximam de modo mais direto da noção lefebvriana de direito à cidade. No Brasil — assim como em países como Espanha, Portugal e França —, tais ocupações têm desempenhado um papel pioneiro na problematização de questões urbanas estruturais. Iniciadas ainda na década de 1980 e intensificadas após a crise urbano-financeira de 2008, essas experiências recolocam no centro do debate a incapacidade histórica das grandes cidades de enfrentar a segregação socioespacial e a desigualdade urbana.

Segundo dados da Prefeitura de São Paulo (2023),² a cidade contabiliza atualmente 567 ocupações, das quais aproximadamente 200 localizam-se na área central e 46 correspondem a edifícios ociosos. Esses processos são, em grande medida, fruto do esvaziamento do centro urbano iniciado na década de 1970, sendo apenas a partir dos anos 1990 que os movimentos sociais passaram a reivindicar de forma mais sistemática a função social da propriedade. Apesar dos riscos associados à segurança e à integridade dessas edificações — frequentemente abandonadas por longos períodos —, sobretudo após o incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) tem conduzido estudos voltados à avaliação de

² Segundo dados obtidos na apresentação disponibilizada pelo site da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/habitacao/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20pr%C3%A9dios%20monitorados%20centro-Retrofit.pdf>. Acesso em 29 Jan. 2026.

possibilidades de intervenção, seja por meio da demolição e reconstrução, seja por retrofit e mitigação de riscos estruturais.

Em São Paulo, essas ocupações articulam-se por meio de diferentes movimentos, como o Movimento Sem Teto do Centro (MSTC),³ o Movimento de Moradia Central e Regional (MCCR),⁴ a Unificação das Lutas de Cortiços e Moradias (ULCM) e a Frente de Luta por Moradia (FLM).⁵ A Ocupação 9 de Julho (Figura 06), por exemplo — ocupada desde 1997 pelo MSTC e pela FLM, sob a liderança de Carmen Silva, e com direito de uso reconhecido desde 2016 —, pode ser compreendida como uma espécie de monumento urbano (Ferrari, 2019), expressando simbolicamente uma forma de poder no sentido lefebvriano. O uso de bandeiras nas fachadas reforça essa leitura, ao instituir novos significados e usos aos edifícios ocupados, em clara ressignificação simbólica do espaço.



Figura 06: Edifício 9 de Julho (São Paulo-SP). Archdaily. Disponível em:

<https://www.archdaily.com.br/br/925107/criminalizado-no-brasil-movimento-sem-teto-do-centro-e-destaque-na-bienal-de-chicago>. Acesso em 28 Jan. 2026.

Outro caso emblemático é o edifício Prestes Maia (Figuras 07 e 08), que chegou a ser considerado a maior ocupação vertical da América Latina, tendo atravessado intensas disputas até sua aquisição pela Prefeitura em 2015 e posterior conversão em habitação social por meio de um processo de retrofit. Após décadas marcadas por conflitos, essa conquista tensiona os limites entre posse e uso, entre legalidade e legitimidade, e inscreve a apropriação coletiva como forma legítima de produção urbana — capaz de disputar sentidos e lugares frente à propriedade privada. Nesse sentido, poderíamos dizer que foi capaz de instaurar o sentido mais genuíno do habitar lefebvriano.

³ Vide site do movimento: <https://mstc.org.br/>.

⁴ Vide site do movimento: <https://mmcrmovimento.wixsite.com/mmcr/riobranco>.

⁵ Vide site do movimento: <https://portaldafilm.com.br/>.



Figura 07: Edifício Prestes Maia (São Paulo-SP), em 2018. Fonte: Stevens, De Meulder e Somekh (2019).



Figura 08: Edifício Prestes Maia (São Paulo-SP), em 2025, após retrofit. Fonte: São Paulo Antiga. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/edificio-prestes-maia/>. Acesso em: Acesso em 28 Jan. 2026.

O MCCR, por sua vez, mantém atualmente quatro ocupações na capital paulista: as ocupações da Rua José Bonifácio, da Avenida Ipiranga, do Palacete Rega (Rua Caetano Pinto) — todas iniciadas em 2012 —, e a Ocupação Rio Branco, localizada na República, ocupada desde 2011. No caso da Ocupação José Bonifácio, destaca-se o acompanhamento realizado pelo coletivo Ocupas Centro,⁶ vinculado à Rede Moradia-Assessoria, fruto da parceria entre a assessoria técnica Peabiru TCA e os movimentos MSRTU/FLM e MCCR. Com apoio do CAU-SP e atendendo a chamamentos públicos da Prefeitura de São Paulo (2015–2016), o trabalho envolveu não apenas o desenvolvimento de projetos, mas também orientações técnicas, elaboração de orçamentos e estratégias para a conversão dos edifícios em habitação.

Outros casos acompanhados pelo Ocupas Centro incluem o Hotel Cambridge (MSTC) e o Lord Hotel, da Associação Amigos do Jardim Ipanema, ambos com obras executadas apesar do desmonte progressivo do PMCMV-E a partir de 2017. Fora da região Sudeste, a assessoria técnica também atuou na elaboração do Plano Emergencial de Negociação (PEN) da Ocupação Carlos Marighella, iniciada em 2020 em Fortaleza (CE), bem como no Estudo de Viabilidade Habitacional da Ocupação João Mulungu, em Aracaju (SE), ambos orientados por princípios de autogestão.

Diante desse panorama, é possível analisar tais movimentos a partir de ao menos duas chaves complementares. A primeira refere-se à sua dimensão espacial e urbana, fundamental para o direito à cidade, entendido, nos termos de D'Ottaviano (2021b, p. 72), como uma efetiva “conquista da periferia” ou “conquista da cidade”. A segunda diz respeito à dimensão política da autogestão, expressa no empoderamento, na autonomia e no sentimento de pertencimento dos moradores ao assumirem a gestão dos processos. Nesse sentido, ressoam os dizeres de Lefebvre, quando elucida:

A autogestão deve ser estudada sob duas perspectivas distintas: como meio de luta, que abre caminho; e como meio de reorganização da sociedade, que a transforma de baixo para cima, do cotidiano ao Estado.

A *autogestão* pode ser apenas um elemento de uma estratégia política, mas será o elemento essencial, dando valor ao resto, e sem o qual o resto não valeria nada. O conceito de *autogestão*, hoje, é a *abertura para o possível*. (...) Somente através da *autogestão* os membros de uma associação livre podem assumir o controle de suas próprias vidas, de modo que elas se tornem sua obra [*œuvre*]. Isso também é chamado de apropriação, desalienação. (Lefebvre, 2009), p. 149-150)

Por essa via, Stevens, De Meulder e Somekh (2019) relacionam as ocupações em São Paulo ao conceito de urbanismo emergente, *bottom-up* ou proto-urbanismo. Partindo das noções de vacância, ocupação, mutirão e movimentos sociais, os autores compreendem a cidade como uma ocupação permanente e defendem uma metodologia de urbanismo “imersivo”, ancorada na pesquisa-ação e na inversão do papel tradicional da participação: em vez de convocar os usuários a participar dos processos de projeto, é o arquiteto-urbanista-pesquisador que deve mergulhar na experiência vivida do contexto local.

⁶ Vide site do movimento: <https://www.moradiaassessoria.org.br/praticas/ocupas-centro>.

A vacância, nesse sentido, é entendida como aquilo que ainda não foi apropriado e que, portanto, permanece aberto à atividade: “o reino vago da antiga cidade do passado que convida à imaginação alternativa da cidade renovada do amanhã” (Stevens, De Meulder & Somekh, 2019, s/p). Ao confrontarem a lógica da propriedade privada historicamente instituída no Brasil, essas ocupações assumem um caráter insurgente e transgressor, perturbando o *modus operandi* institucional e revelando possibilidades outras de uso, permanência e apropriação do espaço urbano.

Por fim, tais estudos permitem reposicionar o próprio significado de participação — frequentemente esvaziado e reduzido a uma forma de populismo —, assim como o conceito de mutirão, cuja acepção original de ajuda mútua foi, não raro, dissociada de seus sentidos autogestionários. Em muitos desses casos, a participação acabou instrumentalizada apenas como meio para a aquisição da propriedade privada, esvaziando seu potencial político, crítico e emancipatório. Diante das experiências do PMCMV-E que expusemos anteriormente, essas práticas não apenas apresentam um contraponto em termos do tipo de apropriação urbana proporcionada, como também evidenciam o ensejo de se retomar o debate sobre autogestão e de mostrar sua atualidade em termos de democracia.

Ocupe a cidade

Por fim, além dos exemplos mais diretamente relacionados ao PMCMV-E, é fundamental mencionar uma série de experiências geralmente associadas aos movimentos urbanos *bottom-up* ou emergentes. Um caso emblemático é o Movimento Ocupe Estelita (MOE), que se configurou como um conjunto de atos de resistência popular frente ao empreendimento Novo Recife, na cidade de Recife (PE). O movimento emerge em um contexto marcado pelo abandono progressivo e pela posterior proposta de demolição e privatização do Cais José Estelita — uma ampla área histórica situada na região central da cidade, próxima ao marco zero, composta por armazéns e pátios vinculados às antigas instalações da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

Apesar de seu valor histórico, a área não era tombada, e o terreno, com mais de 10 hectares, foi leiloado e vendido, em 2008, às construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão e GL. Em 2012, previa-se a substituição dos armazéns existentes (Figura 09) pela construção de um conjunto de torres comerciais e residenciais de alto padrão, a partir de um projeto aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da prefeitura local.

Embora a proposta previsse, em tese, a destinação de aproximadamente 65% da área a espaços livres e públicos e 35% a espaços privados, a alteração radical do perfil urbano, aliada à presença de edifícios altamente verticalizados — com quase 40 pavimentos — voltados para a Baía de Pina e articulados a grandes sistemas viários, configurava um bloqueio físico e visual em relação à orla. Ademais, conforme apontam Cardoso e Nascimento (2018), o valor do metro quadrado estimado para o empreendimento — entre R\$ 5,5 mil e R\$ 7,5 mil — figurava entre os mais elevados da cidade, enquanto o estacionamento previa capacidade para até cinco mil veículos. Fora da escala e da proporção urbana preexistentes, o projeto tendia a desencadear um processo de gentrificação, intensificando a segregação socioespacial em relação ao restante da cidade.

A proposta foi recebida com uma série de manifestações e protestos, envolvendo ampla participação da sociedade civil — estudantes, artistas, ativistas, arquitetos, advogados, engenheiros e outros profissionais —, bem como de entidades organizadas (Figuras 10 e 11). Esses protestos culminaram na ocupação efetiva do local por longos períodos, sob palavras de

ordem como “Ocupe Estelita”, “Resiste Estelita”, “Cidade para quem?” e “A cidade é nossa”. Diferentemente de experiências centradas em edifícios específicos, destacava-se aqui a escala urbana do movimento, assim como a ênfase no caráter público do espaço urbano e de seus processos de produção.

Como destaca Bueno (2014), o objetivo central do movimento era fomentar a participação e a inclusão dos cidadãos no planejamento e no desenho urbano, reivindicando a observância da legislação urbanística e a promoção de um investimento imobiliário consciente e socialmente responsável. Além disso, os protestos denunciavam uma série de irregularidades, incluindo suspeitas de fraude no processo de leilão da área, questionamentos quanto à aprovação do projeto pela prefeitura, desrespeito ao plano diretor — especialmente no que se refere ao parcelamento do solo — e a ausência de estudos de impacto de vizinhança e ambiental.



Figuras 09 e 10: Da esquerda para a direita: demolição dos antigos armazéns e Movimento Ocupe Estelita. Fonte: Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/disputa-pelo-cais-estelita-ganha-novo-capitulo-mas-esta-longo-do-fim/>. Acesso em 28 Jan. 2026.



Figura 11: Movimento Ocupe Estelita. Fonte: Brasil 247. Disponível em: <https://www.brasil247.com/geral/manifestantes-deixam-area-do-cais-jose-estelita>. Acesso em 28 Jan. 2026.

As ocupações e acampamentos foram acompanhados por uma intensa programação de atividades, como feiras, oficinas, apresentações culturais e artísticas, danças, festas, shows musicais — com a participação de artistas reconhecidos —, aulas públicas ministradas por professores universitários e debates. Como ressaltam Cardoso e Nascimento (2018), o movimento também contou com a influência e participação ativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST),

Apesar dessas mobilizações, em 2014 tiveram início a demolição de parte do cais e a construção do empreendimento. Ainda que o projeto tenha sofrido alterações em relação à proposta original e incorporado ações mitigadoras, fruto das disputas, dos debates públicos e de ações judiciais contrárias à iniciativa, sua implementação seguiu marcada por controvérsias. Em 2019, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) encerrou um embargo iniciado em 2014, permitindo novas demolições, condicionadas ao cumprimento de determinadas exigências. Desde então, a construção tem avançado, ainda que sob constante questionamento e vigilância por parte dos movimentos sociais.⁷

O Ocupe Estelita dialoga diretamente com os debates sobre os chamados “Ocupas”, que marcaram as últimas décadas e foram analisados por autores como Harvey, Maricato, Rolnik, Peschanski, Žižek e Safatle, entre outros. Essas reflexões encontram-se especialmente reunidas em duas publicações de referência: *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas* (Harvey et al., 2012) e *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (Maricato et al., 2013). Em *Cidades Rebeldes*, analisam-se as inquietações que mobilizaram as manifestações de 2013 em diversas cidades brasileiras, como aquelas protagonizadas pelo Movimento Passe Livre em São Paulo, bem como slogans como “O Gigante Acordou”. Nessas experiências, as pautas estavam fortemente relacionadas à mobilidade urbana, reverberando protestos anteriores, como a “Revolta do Buzu” (Salvador, 2003) e a “Revolta da Catraca” (Florianópolis, 2004), seguidas por manifestações em Vitória (2006), Teresina (2011), Aracaju e Natal (2012) (Movimento Passe Livre – São Paulo, 2013).

Houve algo de dionísíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet,



em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores.

Rolnik (2013) enfatiza esse contexto de irrupção popular em escala global, evidenciando reivindicações relacionadas ao desemprego, à renda e à crise da democracia representativa, bem como uma crítica generalizada ao que se convencionou chamar de “sistema” — “essa velha palavra que sintetiza o modo de produção econômico-político da sociedade” (Rolnik, 2013, p. 12). Exemplos incluem as manifestações em Istambul, em 2013, contra a demolição do Parque Taksim Gezi e a sua substituição por shopping e conjunto residencial (Mendonça et al., 2019); os levantes conhecidos como Primavera Árabe (entre 2020 e 2012), incluindo reivindicações sociais e políticas contra os regimes totalitários; o *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, em 2012, declarando-se explicitamente contra os sistemas financeiros e as forças corporativas que causavam impactos negativos de caráter social e ambiental;⁸ e o movimento dos Indignados, na Espanha, em 2011, em que atos populares tomaram as praças e ruas de Madrid para questionar as velhas estruturas políticas e formas de poder.⁹

“Ocupas” é a denominação genericamente atribuída a esses movimentos de apropriação de espaços públicos — urbanos ou não — que extrapolam a pauta estritamente habitacional ao incorporar reivindicações mais amplas, relacionadas à luta contra as desigualdades sociais, econômicas e políticas, bem como à defesa de um “igualitarismo democrático radical” (Peschanski, 2012, p. 28). Como observa Safatle (2012, p. 46):

Existem certos momentos na história em que um acontecimento aparentemente localizado, regional, tem a força de mobilizar uma série de outros processos que se desencadeiam em diversas partes do mundo. Ou seja, as ideias, quando começam a circular, desconhecem limitações de espaço, pois têm a força para construir um novo. (Safatle, 2012, p. 46)

Tais movimentos podem ser caracterizados como “eventos” ou “acontecimentos” (*happenings*), isto é, ocorrências que emergem em determinado contexto histórico e introduzem descontinuidades, rupturas no fluxo habitual das experiências, fazendo aflorar processos de significação distintos daqueles até então consolidados. Essa leitura é desenvolvida por Mendonça et al. (2019), em diálogo com autores como Louis Quéré, Deleuze & Guattari e Slavoj Žižek.

Apesar da diversidade de pautas e formas organizativas, destacam-se alguns traços comuns, como a centralidade da dimensão **espacial** e a capacidade dessas manifestações de evidenciar, por meio da pluralidade, a totalidade do capitalismo global, nos termos já apontados por Marx (Žižek, 2013). Esses movimentos expressam um descontentamento generalizado diante das múltiplas facetas do capitalismo contemporâneo e uma percepção crescente da insuficiência dos sistemas representativos vigentes, sendo também efeitos da crise urbano-financeira global iniciada em 2008 (Sader, 2012).

Ainda assim, as ambiguidades e controvérsias que atravessam tais movimentos demandam maior aprofundamento analítico, sobretudo diante de apropriações oportunistas que acabaram por

⁸ Informações obtidas especialmente no site da BBC, no artigo: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130625_impacto_occupy_gm>.

⁹ Informações obtidas especialmente no site do El País, no artigo: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/15/internacional/1431679318_951340.html>.

esvaziar parte de seu potencial crítico. As manifestações de junho de 2013, no Brasil, são emblemáticas nesse sentido: se inicialmente interpretadas como espontâneas e protagonizadas majoritariamente por jovens, revelam, sob análise posterior, a permanência de mecanismos tradicionais de manipulação em massa nas novas mídias, muitas vezes orientados a finalidades pouco ou nada antissistêmicas (Sakamoto, 2013).

Como observam Carneiro (2012) e Safatle (2012), tornava-se evidente a fragilidade desses movimentos no que diz respeito à formulação de pautas programáticas e à construção de projetos de longo prazo, capazes de ultrapassar a “embriaguez” momentânea — no sentido nietzscheano recuperado por Carneiro — que marcou muitas dessas revoltas. A rejeição às instituições tradicionais, como partidos e sindicatos, embora expressasse uma crítica legítima aos modelos representativos clássicos, acabou por contribuir para a vulnerabilidade desses movimentos à cooptação e à dispersão.

Considerações finais: os resíduos urbanos

Nosso método de resíduos contém vários artigos: detectar os resíduos – neles apostar – mostrar neles a preciosa essência – reuni-los – organizar suas revoltas e totalizá-los. Cada resíduo é um irredutível a apreender novamente. A *poiesis*, hoje e agora, parte do residual. Seu primeiro ato: a reunião dos resíduos depositados pelos sistemas que se obstina sem consegui-lo em constituir-se em totalidades, a “mundializar-se” (...) Promover um resíduo, mostrar sua essência (e seu caráter essencial) contra o poder que o oprime e o patenteia tentando oprimi-lo, é uma revolta. Reunir os resíduos é um pensamento revolucionário, é um pensamento-ação. (Lefebvre, 1965, p. 375-376)

Na visão de Adauto Cardoso (2021, p. 12), o PMCMV-E simboliza, paradoxalmente, o auge e a derrocada da experiência autogestionária, na medida em que se articula ao “experimento social-desenvolvimentista do lulismo”. As bases insustentáveis desse projeto sofreram abalos sucessivos: inicialmente com a crise política e econômica instaurada a partir de 2014; em seguida, com os conflitos que culminaram no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016; e, posteriormente, com o revés de orientação política decorrente das eleições subsequentes, cujo corolário se evidenciou de modo dramático na crise sanitária provocada pela COVID-19. Essa sucessão de eventos não apenas tornou ainda mais visíveis as históricas desigualdades sociais brasileiras, como também expôs as frágeis bases de nossa democracia, cujas conquistas — ainda que parciais e contraditórias — vêm sendo, de maneira paulatina e excruciante, esmorecidas e eclipsadas.

Nesse cenário, retomar a dimensão espacial — enraizada no cotidiano e no prático sensível — e a dimensão política — fundada na autogestão, a partir de Lefebvre — permite lançar luz sobre os resíduos contemporâneos: de um lado, os lugares vagos, ociosos, esvaziados de valor de uso; de outro, as lutas e resistências que escancaram as fraturas urbanas e expressam o desejo de apropriação e de habitar a cidade.

A utopia lefebvriana, nesse sentido, aproxima-se da metáfora dos vaga-lumes utilizada de maneira sensível pelo cineasta e intelectual italiano Pier Paolo Pasolini e recuperada pelo filósofo Georges Didi-Huberman em *A sobrevivência dos vaga-lumes* (2011). Nos termos de Didi-Huberman, os vaga-lumes — *luciole*, no original em italiano — são pequenas faíscas, em que “mergulhados na noite escura da culpa, os homens irradiam às vezes seus desejos, seus gritos de alegria, seus risos, como *lampejos de inocência*” (2011, p. 20). Tais lampejos se mostram presentes na arte e

na poesia, “ao mesmo tempo eróticos, alegres e inventivos”, dotados de “impetuosidade viril” (ibid., p. 20-21).

Pirilampos ou corpos fulgurantes são exceções, diante dos projetores que ofuscam, dos olhos mecânicos, do clarão da culpa, enfim, da razão — perante um fascismo mais profundo e entranhado, pois rege nossos corpos, linguagens e gestos. De nada serve estudá-los — os vaga-lumes — a partir de nossa ótica “esclarecida”; “é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores. Ainda que por pouco tempo. Ainda que por pouca coisa a ser vista: é preciso cerca de cinco mil vaga-lumes para produzir uma luz equivalente à de uma única vela” (ibid., p. 52). E, no entanto, é justamente nessa intermitência, nessa persistência residual, que reside sua potência: os vaga-lumes não se iluminam para ver melhor o mundo, mas porque expressam desejos.

É nessa chave que talvez se inscrevam algumas das práticas autogestionárias, ocupações e lutas urbanas aqui discutidas — como resíduos vivos de uma utopia ainda possível. Nesse sentido, a ocupação aparece não como negação da participação, mas como sua reconfiguração residual, poética e conflitiva, que emerge quando os dispositivos institucionais se esgotam.

Referências

ARCOS, C. **Influencias de la neovanguardia inglesa en la arquitectura uruguaya: Lorente / Sprehmann / Vigliecca / Villaamil**. 2004. Tese (Doutorado em Teoria y Práctica del Proyecto de Arquitectura) – Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2004.

BARAVELLI, J. E. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Cachoeirinha**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOLAFFI, G. Os mitos sobre o problema da habitação. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 17, p. 24–32, 1986.

BONDUKI, N. **Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia**. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

BONDUKI, N. Conclusão: o desafio continua sendo institucionalizar e implementar um grande programa nacional de habitação baseado na autogestão. In: RODRIGUES, E. L. et al. (org.). **Revista da produção de habitação em autogestão: empreendimentos da União Nacional por Moradia Popular no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades**. São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019.

BOSSUYT, D. Uma análise institucional do desenvolvimento das cooperativas habitacionais na Holanda. In: D’OTTAVIANO, C. **Habitação, autogestão & cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2021.

BUENO, C. Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 6–7, dez. 2014. Disponível em:

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400003.

Acesso em: 5 nov. 2021. DOI: 10.21800/S0009-67252014000400003.

CARDOSO, A. L. Prefácio. In: D'OTTAVIANO, C. **Habitação, autogestão & cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2021.

CARDOSO, M. L.; NASCIMENTO, A. M. Ocupar, resistir: o movimento Ocupe Estelita na cidade do Recife. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 28–35, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/12071>. Acesso em: 6 nov. 2021.

CARNEIRO, H. S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

CASTRO, A.; MELLO, J. Cultura urbana sob novas perspectivas: entrevista com Adrián Gorelik. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 235–249, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200013. Acesso em: 11 nov. 2020. DOI: 10.1590/S0101-33002009000200013.

DIDI-HUBERMAN, G. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

D'OTTAVIANO, C. **Habitação, autogestão & cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2021a.

D'OTTAVIANO, C. O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades: crítica necessária versus consolidação dos avanços. In: D'OTTAVIANO, C. **Habitação, autogestão & cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2021b.

ELDEN, S. **Understanding Henri Lefebvre: theory and the possible**. London; New York: Continuum, 2004.

FERRARI, E. C. **De terra, pedra e palavra: ocupação-monumento**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

HARVEY, D. et al. **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

JAMESON, F. Architecture and the critique of ideology. In: JAMESON, F. **The ideologies of theory**. London: Verso, 2008.

LEFEBVRE, H. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEFEBVRE, H. **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, H. Theoretical problems of autogestion. In: LEFEBVRE, H.; BRENNER, N.; ELDEN, S. (org.). **State, space, world: selected essays**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.



LEFÈVRE, R. B. **Projeto de um acampamento de obras: uma utopia**. 1981. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

LOPES, J. M.; RIZEK, C. S. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, A. L.; ABIKO, A. K. (org.). **Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda**. Porto Alegre: ANTAC, 2006. (Coleção Habitare, v. 5).

LOPES, J. M. de A. **Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política**. 2011. Tese (Livre-docência) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MENDONÇA, R. F. et al. Protests as “events”: the symbolic struggles in 2013 demonstrations in Turkey and Brazil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 27, n. 69, e001, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678987319276901>. Acesso em: 5 nov. 2021.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

OLIVEIRA, F. de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 67–85, mar. 2006.

PESCHANSKI, J. A. Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

RODRIGUES, E. L. et al. (org.). **Revista da produção de habitação em autogestão**. São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019.

ROLNIK, R. Apresentação – As vozes das ruas. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**. São Paulo: Boitempo, 2017.

RONCONI, R. L. N. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários**. 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 1995.

SADER, E. Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

SAFATLE, V. Amar uma ideia. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

SEGAWA, H. Resíduo de utopia. **Projeto**, São Paulo, n. 162, abr. 1993. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/residuo-de-utopia-o-desenho-e-a-tecnologia-minimalistas-de-joan-villa/>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SILVA, A. A. **Moradia e cidadania: um debate em movimento**. São Paulo: Pólis, 1994.

SINGER, P. **Uma utopia militante**. Petrópolis: Vozes, 1998.

STANEK, Ł. Introdução. In: **Toward an architecture of enjoyment**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

STEVENS, J.; MEULDER, B.; SOMEKH, N. Ocupações no centro da cidade de São Paulo: um urbanismo emergente? **Arquitetextos**, São Paulo, v. 230.01, 2019.

ŽIŽEK, S. Problemas no paraíso. In: MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.